

ENTREVISTA

Resistir Coletivamente, Trans-formar e Ocupar a Política:

Entrevista com a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus

Bruna Andrade Irineu¹Thomas Cantaloupe²

Psicóloga, Escritora e Ativista brasileira. Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília – UnB. Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq). Coordenadora do Núcleo de Diversidade Marielle Franco – NDIAS (IFRJ campus Belford Roxo). Autora e organizadora da coletânea ~Transfeminismo: teorias e práticas~ e dos livros ~Homofobia: identificar e prevenir~ (ambos publicados pela Metanoia Editora), ~Ainda que tardia: escravidão e liberdade no Brasil contemporâneo~, (Gramma editora), e ~Eu não sou uma mulher? e outros discursos~ (Nandyala Editora), no qual traduziu discursos e falas de Sojourner Truth, ativista negra norte-


americana do século XIX.

Professora Jaqueline, ao longo de sua trajetória acadêmica, você se vinculou a pesquisas sobre trabalho escravo, parada LGBT, formação de psicólogos/as e mais recentemente acerca da qualidade de vida de minorias sexuais e de gênero. Como se deu sua aproximação com os estudos feministas, de gênero, sexualidade e raça durante seu percurso e como esse caminho tem refletido em sua produção?


R: A minha trajetória como intelectual, pesquisadora e professora sempre esteve intrinsecamente vinculada ao meu fazer ativista. Eu comecei a estudar Psicologia em 1996 e desde 1997 participo do movimento social organizado, quando comecei no Grupo Estruturação de Cidadania LGBT de Brasília. Desde o começo, como militante, eu me preocupei em aplicar os conhecimentos e instrumentos adquiridos com a minha formação

¹ Professora do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero - NUEPOM/ICHS. Ativista e Pesquisadora Lésbica. Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH (biênio 2019-2020).

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e Pesquisador Transmasculino vinculado ao Programa de Iniciação Científica (VIC/UFMT) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero - NUEPOM/ICHS.



acadêmica para a transformação social. Em função de preconceitos arraigados em várias instituições, não foi fácil, porém eu fui capaz de, apesar de rótulos que me foram aplicados ao longo das décadas (especialmente por professores ainda pautados por um pensamento canônico, portanto conservador, segundo o qual “pesquisador não pode militar”, e vice-versa, como se o saber-fazer científico não fosse útil para o ativismo social), construir um arcabouço teórico-metodológico variado e socialmente comprometido, e não necessariamente superficial. Não é por acaso que eu fundei, em 2000, a ONG Ações Cidadãs em Orientação Sexual – ACOS, focada em pesquisas, e que a partir de financiamento da *Dade Human Rights Foundation*, ainda durante a minha graduação, eu realizei a primeira pesquisa de campo sobre a violência e o assassinato da população LGBT no Distrito Federal. Esse meu ímpeto pela reflexão contextualizada foi que me incentivou, durante o Mestrado em Psicologia, de 2004 a 2006, a pesquisar as representações sociais acerca do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, a partir de entrevistas com libertadores de escravos, conhecendo a realidade da escravidão *in loco*, em Marabá, no Pará, e analisar os dados utilizando-me de programas de computador como o EVOC e o ALCESTE. Nesse mesmo período, após testemunhar a aprovação pioneira da implantação de ações afirmativas na Universidade de Brasília, eu apresentei um projeto de Gestão da Diversidade, com base no que tinha aprendido sobre o campo desde a graduação, combinando com minha experiência como ativista, e assim me tornei a primeira gestora do Sistema de Cotas para Negras e Negras da universidade, ao propor à reitoria da época a criação e assumir os cargos de Assessora de Diversidade e Apoio aos Cotistas e Coordenadora do Centro de Convivência Negra, nos quais permaneci até 2008. No Doutorado, entre 2006 e 2010, buscando me reaproximar de minha atuação no movimento LGBT, eu resolvi investigar como política e identidade se apresentam, enquanto fatores, nas percepções dos participantes das Paradas do Orgulho LGBT, que eu conhecia como organizadora há alguns anos. Tornou-se imprescindível aprofundar minhas leituras nos Estudos de Gênero, principalmente com Simone de Beauvoir, Joan Scott, Gayle Rubin, Donna Haraway, Michel Foucault, Heleieth Saffioti e outras, e dos Estudos *Queer* e Transviados, especialmente a partir de autores como Judith Butler, Teresa de Lauretis, Paul B. Preciado, Guacira Lopes Louro, Luiz Mott (que eu conhecia pessoalmente e com quem tive a oportunidade de trabalhar), Larissa Pelúcio, William Siqueira Peres, Berenice Bento, alguns dos quais eu tivera contato desde a participação no ativismo. A aproximação com o Feminismo, enquanto teoria e política, iria se efetivar quando de minha epifania, em 2008, durante a qual eu me reconheci como uma mulher trans, e comecei a estudar as teorias e práticas transfeministas recentemente discutidas no Brasil, principalmente em *blogs* da internet, por mulheres como Aline Freitas e Hailey Kaas, a partir das fontes norte-americanas, como Emi Koyama e Julia Serano. Desde então tenho perscrutado nesse campo, buscando informações e analisando conceitos acerca de gênero e, particularmente, identidade de gênero, violência LGBTfóbica, interseccionando as categorias cor/raça e idade/geração. A minha aproximação com o campo da saúde se deu principalmente a partir de meu trabalho no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 2008 a 2010, quando trabalhei na construção da Política de Atenção à Saúde da Administração Pública Federal, tendo sido técnica responsável pela elaboração dos princípios, diretrizes e ações em saúde mental, e da minha participação como pesquisadora no Laboratório de Trabalho, Diversidade e Identidade da UnB, entre 2012 e 2015, onde investiguei nexos epidemiológico e condições de trabalho. Atualmente, como professora em um campus periférico, em Belford Roxo, na Baixada



Fluminense, tenho podido desenvolver múltiplas aplicações da Psicologia, em uma perspectiva transdisciplinar, junto a uma população predominantemente negra e de mulheres, principalmente por meio das disciplinas que ministro, como “Trabalho e Felicidade”, “Educação e Diversidade” e “Psicologia da Moda”, entre outras, além de cursos de extensão como o “Feministas nas Trincheiras da Resistência”. Também desenvolvo uma pesquisa global, em parceria com a *Duke University*, dos Estados Unidos da América, sobre saúde mental de minorias sexuais e de gênero em seis países (Brasil, Cambodja, El Salvador, Índia, Quênia e Vietnã).

Como sujeito político e ativista trans é indubitável que este percurso tenha sido construído indissociando ativismo e academia, todavia este lugar ou entre-lugar as vezes nos é bastante caro, especialmente frente as correlações de forças institucionais que lidamos em nossas universidades. Como você avalia o impacto do atual momento de ofensiva antigênero as pesquisadoras e pesquisadores feministas e LGBTI nas instituições publicas federais?

R: Essa ofensiva foi planejada há décadas, em um contexto internacional, por fundamentalistas religiosos cristãos, desde os avanços historicamente mais recentes que alcançamos, para o reconhecimento dos direitos civis e políticos das mulheres e dos direitos fundamentais da população LGBTI. Eles compreenderam que precisam regredir o Estado a uma subordinação desavergonhada à sua religião, mesmo que não explicitamente. Há muitos interditos em seus discursos, que são extremamente reveladores. A repulsa mesma aos professores que buscam promover uma educação inclusiva demonstra o quando eles sabem da importância de nosso campo para a transformação social, o que eles repudiam, pois preferem que se mantenham os estereótipos de gênero e os tabus sexuais que fundamentam o apartheid de gênero regulador da educação tradicional, contumaz em reproduzir a cultura da dominação masculina, da naturalização da subordinação feminina, da cultura do estupro, da LGBTIfobia, e mesmo do gênero enquanto uma construção colonial racista. O meu posicionamento é de que precisamos, mais uma vez, aprender com a dinâmica dos movimentos sociais na História, os quais demonstram que há que se desenvolver novas estratégias de enfrentamento aos grupos opressores, diante de sua reação à revolta dos grupos oprimidos. Mais uma vez, ativismo e academia se mostram indissociáveis na práxis, como neste caso, em que teorias das relações intergrupais – por exemplo, a Teoria das Representações Sociais e o conceito de minorias ativas de Serge Moscovici, além do que Taylor e McKirnan elaboraram sobre os estágios das relações intergrupais – dialogam com o ensinamento do Movimento Negro Brasileiro de que somente com memória do protagonismo de nosso povo é que podemos constituir uma necessária consciência sobre nós mesmos, para resistirmos. Nós, que protagonizamos uma educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente compromissada, somos um obstáculo para o avanço das crenças e ideologias fomentadas por essa ofensiva antigênero, que congregou também os fascismos e militarismos, alinhados com o avanço do neoliberalismo, enquanto promotor de individualismo em oposição à interdependência entre as pessoas, e com isso fomentando tanto adoecimento. Precisamos resistir, com uma esperança militante e coletiva.

Os seus estudos e também os de outras pesquisadoras tem denunciado as condições de vida da população travesti e transexual no Brasil. Sabe-se que a garantia pela ampliação do acesso ao Ensino Superior tem sido uma estratégia dos movimentos sociais para melhoria da qualidade de vida e do acesso ao mercado de trabalho formal. De que maneira as recentes tentativas de impedimento de cotas as pessoas transexuais em editais de universidade pública podem ser analisados?

R: Eu associo, para a minha análise, além do meu conhecimento pessoal e como pesquisadora da realidade da população trans neste país, que é estruturalmente transfóbico, com o que estudei sobre ações afirmativas e a minha experiência prática como gestora da diversidade na Universidade de Brasília. Minhas considerações, que já publiquei e enunciei em diferentes artigos, entrevistas e conferências, é de que a oposição a cotas para pessoas travestis e transexuais nas universidades se deve, em sua origem, à negação sistemática da própria humanidade das pessoas trans, de uma relação cisnormativa radical com esse grupo social ao nível da repulsa e do nojo, o qual, não podendo expor institucionalmente o seu ódio (por meio da aprovação pública do assassinato de pessoas trans, que no Brasil se configura como um genocídio, por objetivar o aniquilamento, e mais particularmente um feminicídio, dada a magnitude de sua violência de gênero contra as mulheres trans e travestis), expressa-se por uma desavergonhada oposição ao direito das pessoas trans a educação, desde a Educação Fundamental e o Ensino Médio, até o Superior. No pensamento social brasileiro, aceitam-se pessoas trans enquanto marginalizadas no mercado de trabalho, inclusive estas são responsabilizadas por sua condição e avaliadas em termos moralistas, ao passo em que aquelas que encontram brechas no “cistema” e começam a furar as barreiras históricas do acesso à educação em nosso país são invisibilizadas, continuamente testadas, muito pouco reconhecidas pelos “pares”, não são publicadas e lidas como mereceriam. A própria academia, por não ter mudado ainda o seu paradigma, reproduz essa lógica. Porém sempre há frestas, e a chama da mudança preservada por alguns grupos ou pessoas nessas instituições têm possibilitado parcerias e alianças para a trans-formação.

Você é hoje uma pesquisadora respeitada e reconhecida nacionalmente, porém nem sempre o reconhecimento nas nossas áreas de estudo e militância reverberam em bom convívio no ambiente de trabalho. Quais situações você pode elencar como recorrentes no cotidiano profissional de pessoas trans na academia? E quais ações e estratégias podem ser compartilhadas com aliadas e aliados cisgêneros nas instituições?

R: Estamos nas salas de aula, ocupamos espaços no campo do ensino sem impasses incontornáveis com o corpo discente, com algumas dificuldades eventuais com os demais colegas docentes, que eventualmente não reconhecem as nossas contribuições acadêmicas. Eu tenho observado que nos falta acesso a certos grupos de pesquisa e às grandes editoras acadêmicas, por exemplo. As grandes editoras têm-nos procurado apenas enquanto narradoras de nossas próprias histórias, e não como produtoras de conhecimento sobre o mundo. É um problema da falta de representatividade: somos tidas como assuntos interessantes, mas não como sujeitos capazes de analisar a nossa própria realidade e a das demais pessoas. Por isso defendo a criação de novos léxicos, o desafio estratégico à linguagem generificada e endosso a perspectiva dos estudos cisgêneros: precisamos inverter a ótica que naturaliza as hierarquias,

explicitando os privilégios envolvidos na cisnormatividade. Convido aliades cisgêneres a questionarem o seu aprendizado sobre si mesmas, a nos considerarem objetivamente como candidatas viáveis para seus programas de graduação e de pós-graduação, que nos revelem seus currículos ocultos, no que concerne ao acesso a fontes de financiamento, programas de fomento e editoras. Há tantas possibilidades. Sejam criativas também, cisaliades!


A participação político-partidária é também um entrave na vida dos segmentos socialmente discriminados no Brasil. Nas últimas eleições acompanhamos o aumento das candidaturas de travestis e transexuais, e tivemos o exemplo da vitória de Erika Malunguinho, em São Paulo. Sua candidatura, no Rio de Janeiro, também é um exemplo desse processo. Qual seu balanço sobre esse movimento de crescimento? Quais as expressões da transfobia nesses processos?

R: Progredimos significativamente nas últimas eleições, graças ao empenho do próprio movimento e lideranças trans, e menos devido ao apoio direto dos partidos, que ainda são dominados por dirigentes que se orientam por lógicas masculinistas, racistas e ciscentradas. Não é pouco trabalho mudar essas relações de poder que persistem há milênios, até porque fomos formadas por meio delas, enquanto excluídas, associo aqui o pensamento foucaultiano com o que apontou Bader Sawaia quanto às artimanhas da exclusão. Porém há furos praticamente heroicos a esses muros, realizado por verdadeiras guerreiras, como a Érika Malunguinho, empoderada por um pensamento-ação quilombista, que perpassa o que viveu e tratou Abdias Nascimento. Muitas de nós podemos ter perdido em número de votos, porém fomos vitoriosas, até agora, na conquista de pequenos, porém, extraordinários avanços nesse campo da política partidária. O “pulo do gato” será o convencimento dos partidos políticos de que temos de compor seus quadros, sermos apoiadas organicamente como candidatas viáveis, e não apenas propagandas úteis para seu discurso supostamente parceiro da diversidade. Isso demanda que os dirigentes envidem esforços efetivos para o enfrentamento da transfobia, naturalizada nesses espaços.

A Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH foi a primeira associação político-acadêmica e científica a ter sido presidida por uma pesquisadora travesti, na gestão 2017-2018, pela Professora Doutora Luma Nogueira³. O que vocêalaria para jovens pesquisadoras e pesquisadores transexuais e travestis sobre a importância da carreira em pesquisa e acerca da relevância de participar e protagonizar os espaços das associações?

R: Honrosamente, testemunhei esse momento. Sempre estivemos na ABEH, mesmo que apenas como ouvintes, porém a eleição de Luma, a meu ver, marcou um momento poderoso de inflexão na tendência masculinista que favorecia o protagonismo dos homens homossexuais, em detrimento de LBTIs. Houve para isso uma articulação séria e visionária em prol da inclusão de pesquisadoras e pesquisadores trans. Isso ampliou o sentido de democracia na Associação, e certamente se refletiu positivamente junto aos jovens. Para estes,

³ No primeiro número da ReBEH, no ano de 2018, publicamos uma entrevista com Luma Andrade, concedida a Felipe Fernandes e a Igor Leonardo, contando sobre sua trajetória acadêmica e política.



digo que esse movimento político-institucional é indissociável da pesquisa, da busca por novas respostas, do pensamento criativo, e da consciência de que não podemos mais ceder aos discursos que nos patologizam, tutelam ou inferiorizam. Nosso protagonismo não é tão-somente uma presença física, ou virtual, ela é, sobretudo, intelectual, no sentido mais gramsciano do termo: dentro da máquina podemos mudá-la, torná-la mais orgânica, e repito: trans-formá-la!

Obrigada, professora Jaqueline. Agradecemos sua disposição em nos conceder esta entrevista!

Recebido em: 15/01/2020

Aceito em: 04/02/2020